



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RAQUEL DA SILVA GUEDES

**A RESISTÊNCIA À PRESENÇA DAS MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA**

**CAMPINA GRANDE
2024**

RAQUEL DA SILVA GUEDES

**A RESISTÊNCIA À PRESENÇA DAS MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e Política.

Orientador: Profa. Dra. Viviane Alves do Santos Bezerra.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G924r Guedes, Raquel da Silva.

A resistência à presença das mulheres na Ciência e Tecnologia [manuscrito] : uma análise psicopolítica / Raquel da Silva Guedes. - 2024.

34 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Viviane Alves dos Santos Bezerra, Departamento de Psicologia - CCBS".

1. Mulher na ciência. 2. Ciência e Tecnologia. 3. Psicologia Política. 4. Ação Coletiva. 5. Redes Sociais. I. Título

21. ed. CDD 362.83

RAQUEL DA SILVA GUEDES

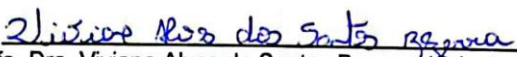
**A RESISTÊNCIA À PRESENÇA DAS MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso de
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obten-
ção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social
e Política.

Aprovada em: 30/10/2024.

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Viviane Alves do Santos Bezerra (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Laércio Maria Bertulino de Medeiros
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Jorge Dellane da Silva Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos e todas que estenderam a mão quando não consegui realizar algo dessa jornada acadêmica sozinha: pela ajuda, conforto e por me devolverem a mim por tantas vezes. Entre familiares e amiga/os, dedico.

“A conscientização leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente e a projetar tudo isso em um projeto pessoal e nacional”.

Ignácio Martín-Baró (1997)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Opinião sobre mulheres na C&T veiculada no <i>Facebook</i>	14
Figura 2 –	Postagem de conversa entre discente e uma página estudantil universitária no <i>Instagram</i>	15
Figura 3 –	Carta de Repúdio feita por integrantes do IEEE-WIE e demais grupos discentes.....	17
Figura 4 –	Notícia publicada no portal UOL sobre a repercussão do comentário do professor.....	19
Figura 5 –	Notícia veiculada pelo portal PB Agora sobre a repercussão do comentário do professor.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T	Ciência e Tecnologia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIA	Agência Central de Inteligência
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EOPs	Estruturas de Oportunidades Políticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEE-WIE	Ramo Estudantil Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos - Women in Engineering
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ONU	Organização das Nações Unidas
WIE	Women in Engineering

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	MÉTODO.....	13
2.1	Delineamento	13
2.2	Materiais	13
2.3	Análise de Dados	14
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
3.1	O contexto: de um comentário misógino à reação discente	14
3.2	Aspectos psicossociais e afetivos da ação coletiva.....	23
3.3	Principais formas de participação política	25
4	CONCLUSÃO	27
	REFERÊNCIAS.....	28
	AGRADECIMENTOS.....	32

A RESISTÊNCIA À PRESENÇA DAS MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA

RESISTANCE TO THE WOMEN PRESENCE IN SCIENCE AND TECHNOLOGY: A PSYCHOPOLITIC ANALYSIS

Raquel da Silva Guedes*
Viviane Alves dos Santos Bezerra**

RESUMO

As representações dos lugares sociais são reflexos de construções políticas e sociais que se solidificaram ao longo dos séculos. Nesse sentido, o campo da Ciência e Tecnologia (C&T) ficou culturalmente demarcada como um espaço masculino, o que tem gerado a limitada participação feminina no setor mediante situações de preconceito, violência e adoecimento. Esse cenário vem se modificando devido ao entendimento político e social que culminam em ações coletivas em prol de mudanças, igualdade de oportunidades e respeito por parte dessas mulheres. À vista disso, esse trabalho propõe-se a analisar, sob à luz da Psicologia Política, um acontecimento de repercussão na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, que reverberou machismo e misoginia para com as mulheres atuantes na C&T. O objetivo é analisar como se deu a organização de uma ação coletiva de um grupo de mulheres estudantes da C&T frente ao acontecimento, dando enfoque aos elementos contextuais da ação, aos processos psicossociais e afetivos implicados na constituição de uma identidade coletiva e as diferentes formas de participação política. Para isso, foi realizada um estudo documental qualitativo e de caráter exploratório. O material utilizado foram duas publicações em redes sociais, duas cartas de repúdio, uma emitida por um grupo discente e outra nos canais da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, duas notícias veiculadas em portais jornalísticos sobre o acontecimento e a nota emitida pela reitoria da universidade. Esses materiais foram analisados por meio da análise de conteúdo temática de Bardin. A partir de tal análise, observou-se que o comentário misógino foi propiciado por um contexto político e social conservador que fortaleceu as discussões sobre gênero e que levou a organização de uma ação coletiva democrática e não convencional através do desenvolvimento de uma identidade política que foi fortalecida por sentimentos de injustiça e indignação, reverberando uma modalidade de ação coletiva que se deu pela *internet*, veículo que impulsionou a ação para além dos muros da universidade, chegando à população que cobrou uma atitude institucional.

Palavras-Chave: mulheres; Ciência e Tecnologia; Psicologia Política; ação coletiva; redes sociais.

ABSTRACT

*Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestra, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Atua nas áreas de Gênero, Ciência e Tecnologia. Contato: raquel.silva.guedes@gmail.com

**Mestra e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Professora Substituta na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

The representations of social places are reflections of political and social constructions, that have solidified over the centuries. In this context, the Science and Technology field (S&T) has become culturally demarcated as a male space, which has generated to limited female participation, due to prejudice, violence and illness situations. This scenario has been changing due to political and social understanding that culminates in collective actions in favor of change, equal opportunities and respect by these women. So, this research proposes to analyze, in the light of Political Psychology, a repercussion event in Campina Grande City – Paraíba State, which reverberated male chauvinism and misogyny towards women working in S&T. The objective is to analyze how a collective action was organized by a women student group of the S&T field in front of the event, focusing on the action contextual elements, the psychosocial and affective processes involved in the collective identity constitution and the different forms of political participation. To this end, a qualitative and exploratory documentary study was carried out. The material used was two publications on social networks, two repudiation letters, one published by a student group and the other on the Paraíba State Assembly channels, two news items published on journalistic portals about the event and a note issued by the university rector. These materials were analyzed using Bardin's thematic content analysis. From this analysis, it was observed that the misogynistic comment was fostered by a conservative political and social context that strengthened discussions about gender and that led to the organization of a democratic and unconventional collective action through the development of a political identity that was strengthened by injustice and indignation feelings, reverberating a collective action form that took place over the internet, a vehicle that boosted the action beyond the university walls, reaching the population that demanded an institutional attitude.

Keywords: women; Science and Technology; Political Psychology; collective action; social media.

1 INTRODUÇÃO

Quais os lugares da mulher na sociedade? Historiograficamente, Mary del Priore (2013) nos explica que a mulher foi colocada em um papel de inferioridade que foi desenvolvido ao longo dos séculos pela cultura patriarcal. Nesse sentido, o patriarcado é um sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades (Collins; Bilge, 2021). Uma estrutura que passou por mudanças a partir das reivindicações feministas por igualdade de direitos.

Em suas pesquisas, Mary del Priore (2013) ainda reflete que os lugares sociais desde a Idade Antiga eram divididos por sexo. Assim, entre a Idade Média e a Idade Moderna as mulheres brancas e de classe social alta eram educadas para cuidar da família e gerir um lar, enquanto as de menor favorecimento social trabalhavam pelo sustento. Seguidamente, durante a Revolução Industrial, as mulheres tomaram as ruas e passaram a partilhar dos espaços de trabalho, mas essa realidade escondia variados interesses políticos do capitalismo, pois o mercado precisava de maior mão de obra para elevar as produções. Nesse sentido, agregar a mão de obra feminina ao mercado foi uma vantagem, pois as mulheres tinham um custo salarial inferior por não obter escolaridade e o índice populacional era de maioria feminina, uma vez que em recorrentes conflitos militares e civis, os homens faleciam corriqueiramente (Hollanda, 2020).

Foi apenas no século XIX que fora permitido a livre frequência feminina nas escolas. Agora, elas poderiam ter acesso à educação básica e superior, mas as profissões eram divididas por um ideal de gênero. Assim, foi comum atribuir as profissões de cuidado para as mulheres, estando elas como professoras, enfermeiras e cuidadoras, enquanto as demais profissões que exigiam esforço, liderança e comando ficariam para os homens (Piscitelli, 2008).

Desse modo, nota-se que o feminino foi construído culturalmente e politicamente como frágil, delicado e religioso, bem como para a concepção da tradição familiar. Ainda que na prática as mulheres ocupassem outras funções, esse ideal barrava seu crescimento e desenvolvimento (Priore, 2013). A partir disso, no século XIX, o Movimento Feminista é articulado por líderes femininas em prol da igualdade de direitos entre os sexos e posteriormente entre os gêneros (Scott, 1990). Elas foram de encontro ao conceito de uma formação de identidade que separava o masculino e o feminino, sendo essa relação dual, a responsável pela primeira e segunda onda do Feminismo (Hollanda, 2020).

A partir da década de 1990 foi percebido que as questões de gênero estavam ligadas às teorias de poder, dominação, controle, linguagem e discurso que mostravam que o poder enquanto relação¹ era disperso e desigual, não se encaixando apenas em um *modus operandi* como previsto com os estudos sobre o patriarcado (Piscitelli, 2008). Novas questões surgiram quando os debates de classe, raça e gênero auxiliaram na percepção de novas conjunturas que ajudariam a partir do olhar da intersecção² a dimensionar que o gênero era uma categoria ampla que devia ser analisada por meio das formas de subordinação que os pontos interseccionais revelam sobre a construção político-social a qual esse debate está imerso, caracterizando a terceira onda do feminismo (Hollanda, 2020).

Dessa forma, o direito ao voto, a igualdade legal entre homens e mulheres, ao divórcio, ao trabalho, a criação de partidos políticos, ao esporte, a delegacia da mulher, a leis de feminicídio e de importunação sexual foram planejadas ao longo de décadas com o apoio do Movimento Feminista (Priore, 2018), o que contribuiu para a mudança dos papéis de gênero na sociedade. Ainda assim, é possível enxergar a desigualdade de gênero nas práticas sociais.

Lugones (2020) explica que a desigualdade de gênero é a diferença de poder que reflete no acesso a oportunidades nos âmbitos econômicos, político, educacional e cultural. Nessa direção, dados da Fundação Getúlio Vargas³ informam, por exemplo, que a maternidade ainda é uma grande questão nos debates sobre o trabalho e que mulheres costumam serem perseguidas ou demitidas por essa condição. Já os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentam que a representação parlamentar das mulheres no Brasil é de apenas 15%, enquanto estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ informam que nos últimos dez anos, mulheres tem recebido o equivalente a 64% do salário que são pagos

¹ Foucault define na obra *História da Sexualidade I* que o poder é como uma rede de relações em que todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações que podem ser de baixo para cima e/ou de cima para baixo. Para ele, o poder não pode ser localizado e observado apenas em uma instituição determinada ou no Estado, pois é praticado multiplamente por aparelhamentos diversos que estão inseridos no meio social.

² De acordo com Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária são inter-relacionadas, bem como moldam-se mutuamente e tem, por isso, influências nas relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade.

³ Cf.: <https://tinyurl.com/ye2tf6jp> Acesso em: 19 de maio de 2024.

⁴ Cf.: <https://tinyurl.com/mny3dubf> Acesso em: 19 de maio de 2024.

a homens em mesma função e formação, além de serem mais afetadas pelo desemprego.

Sobre a latente desigualdade de gênero observada nas práticas sociais, gostaríamos de destacar a participação das mulheres na área da Ciência e Tecnologia (C&T). Conforme a Unesco⁵, a participação das mulheres nos espaços de ensino superior na esfera ocidental começou a crescer a partir da década de 1970. Esse avanço representa um desenvolvimento significativo no cenário científico, uma vez que as universidades desempenham um papel crucial na produção científica e no desdobramento de pesquisas. Porém, segundo dados do levantamento do *Women in Science*⁶, as mulheres ainda compõem apenas um terço de cientistas em todo o mundo, sendo que a maioria delas relata sofrer alguma forma de discriminação ou enfrentar situações de desigualdade.

Um levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira⁷ revelou que quase 59% dos estudantes universitários no país são mulheres. No entanto, ao focar em cursos de exatas, esse número cai para 41%, e ao analisar as engenharias, diminui ainda mais, alcançando apenas 29% de alunas. A pesquisa destaca que ao fechar o nicho para áreas específicas da engenharia, como a Engenharia Mecânica, por exemplo, apenas 10% das matrículas são de mulheres. Ademais, no âmbito de mercado e pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq⁸ indica que 43,7% das pesquisas no Brasil são de mulheres, mas na área de C&T, esse número cai para menos de 10%.

Conforme Guedes (2022), é reconhecido que a disparidade de gênero na C&T é um processo histórico que contribuiu para as dinâmicas de poder, a manifestação de superioridade e características sexistas relacionadas ao trabalho. Essas propriedades estão interligadas ao desenvolvimento do patriarcado, tanto como um costume cultural quanto como um produto de alinhamentos políticos. Lerner (2019, p. 274) destaca que, no âmbito científico, essas características se consolidaram quando as atividades desenvolvidas pelas mulheres eram desvalorizadas ou desconsideradas pela sociedade, pois por muitos anos as mulheres acadêmicas foram incentivadas a “pensar como os homens”.

Os números de mulheres nessa área científica e tecnológica e a constatação das autoras comprovam que há questões de gênero intrínsecas que estão sendo desenvolvidas a partir da manutenção do patriarcado como cultura e como política. Tais questões disseminam pensamentos e atitudes que corroboram com a violência, o sexismo e o preconceito nas relações de gênero, que de acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) aumentaram 200% desde o ano de 2020⁹.

Como já analisado, essa disparidade numérica e seus desdobramentos são frutos de relações de poder expressas e constituídas na sociedade, por isso os movimentos e ações coletivas protagonizados por mulheres têm sido fundamentais para repensar e remodelar as relações de poder existentes no âmbito da C&T, podendo esses movimentos serem alvos de investigação de diversas disciplinas, dentre as quais destacamos a Psicologia Política.

Sob o olhar de Maritza Montero (2009, p. 204), podemos compreender a Psicologia Política como um campo multidisciplinar que se ocupa de “descrever, anali-

⁵ Cf.: <https://tinyurl.com/3enuaw9z> Acesso em: 29 de novembro de 2023.

⁶ Cf.: <https://tinyurl.com/4hyyzwhs> Acesso em: 29 de novembro de 2023.

⁷ Cf.: <https://tinyurl.com/2v4rx46s> Acesso em: 29 de novembro de 2023.

⁸ Cf.: <https://tinyurl.com/58uupfne> Acesso em 29 de novembro de 2023.

⁹ Cf.: <https://tinyurl.com/2h7nwrws> Acesso em 08 de abril de 2024.

sar e explicar os fenômenos que dizem respeito à vida pública, em função das prescrições sociais geradas para organizar esta vida, e dos mecanismos de poder que nela operam”, evidenciando “os recursos comunicativos, persuasivos e de força empregados neste espaço”. Desse modo, a Psicologia Política busca a compreensão das relações entre sociedade e indivíduo por meio de elementos políticos e psicológicos que são permeados pelas relações de poder (Corrêa; Almeida, 2012).

Nesta direção, uma das principais tarefas da Psicologia Política desde a sua consolidação, tem sido a compreensão das ações coletivas, enquanto processos de identificação coletiva e significação da realidade social (Prado, 2001). A ação coletiva, mesmo aparecendo com outras denominações, pode ser compreendida como ações disruptivas que são colocadas em curso no espaço público e direcionadas contra instituições, elites, autoridades e/ou outros grupos, em nome de objetivos coletivos acordados pelos atores de tais ações (Roldán, 2021).

Conforme a cientista política Chantal Mouffe (1988), as ações coletivas entram no cenário de reflexões científicas a partir do reconhecimento das desigualdades sociais e quando a necessidade de equivalência dos direitos sociais aparece na cena pública como uma questão política. Dito de outro modo, quando as relações de subordinação foram reconhecidas como relações de opressão e puderam constituir-se em antagonismos sociais, rejeitando qualquer legitimidade da naturalidade nas hierarquias sociais, as ações coletivas passam a ter destaque como movimentos políticos legítimos.

Nesta área, a Psicologia Política tem avançado no sentido de compreender os processos psicossociais e contextuais que envolvem a configuração das ações coletivas, ou seja, como as condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, contribuem para a emergência ou apagamento de uma ação coletiva (Prado, 2001; 2002). Com base nisso, diferentes análises psicopolíticas vêm sendo desenvolvidas para compreender os aspectos psicossociais que levam grupos sociais a desafiar autoridades instituídas, a expressar descontentamentos, a construir formas de democratização das relações sociais e dos recursos políticos e, sobretudo, a desenvolver ações coletivas e formas de pertencimento grupal que lutam pela permanência de grupos minorizados e estigmatizados na sociedade, ao tematizar os dilemas e conflitos dessa mesma sociedade (Prado; Campici; Pimenta, 2004).

A partir do exposto, o objetivo do trabalho em tela é analisar um acontecimento ocorrido no estado da Paraíba onde, durante a Pandemia da covid-19, um professor que atuava na C&T fez uma postagem em uma rede social privada em que opinava de forma preconceituosa sobre a participação das mulheres na área, o que chamou a atenção da comunidade discente e da população do estado em que residiam. O desdobramento dessa atitude, gerou a mobilização de um grupo de mulheres discentes que participavam da organização *IEEE Women in Engineering*¹⁰ (IEEE WIE)¹¹ e reuniu a comunidade estudantil para dar uma resposta a postagem do professor e pedir providências a Universidade Federal de Campina Grande.

A decorrência da sucessão de acontecimentos chegou até os jornais locais, a Comissão de Direitos da Mulher e a Comissão Parlamentar de Inquérito do Feminicídio, onde notas de repúdio foram emitidas e, mediante a repercussão, a universidade Federal de Campina Grande abriu um processo administrativo e afastou o pro-

¹⁰ IEEE WIE é uma das maiores organizações profissionais internacionais dedicadas a promover mulheres engenheiras e cientistas, além de inspirar meninas ao redor do mundo a seguirem interesses acadêmicos em carreiras de engenharia e ciência

¹¹ Cf. <https://tinyurl.com/5c4as6ae> Acesso em 27 de novembro de 2023.

fessor. Dessa forma, considera-se importante analisar esse acontecimento sob a ótica da Psicologia Política a fim de identificar os elementos contextuais que favoreceram a emergência da ação coletiva, os processos psicossociais (Prado, 2002) e afetivos (Vilas *et al.*, 2016) que estão implicados na constituição da identidade política, bem como as diferentes formas de participação política (Sabucedo, 1996) empreendidas pelo movimento para alcançar seus objetivos.

Conforme discutido por Prado, Campici e Pimenta (2004), estudos desse tipo nos auxiliam a entender o engajamento dos sujeitos em ações coletivas e as especificidades de cada ação, já que é na práxis que se constitui a natureza e o significado de dado tipo de ação coletiva. A partir disso, poderemos entender na prática como se deu essa ação a partir de um motivador e como esse implicou socioculturalmente a comunidade estudantil e feminina do Estado da Paraíba.

2 METODOLOGIA

2.1 Delineamento

Essa é uma pesquisa documental de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Entende-se que a pesquisa documental é a técnica responsável por coletar e selecionar informações através da leitura de documentos, livros, gravações, jornais etc. Já a pesquisa exploratória, caracteriza-se pela função de preencher lacunas de informações que estão faltando em um estudo, com o intuito de apresentar informações e construir familiaridade com a problemática a fim de construir hipóteses.

Nesse sentido, analisaremos como um grupo de discentes conseguiram mobilizar-se a partir de uma carta de repúdio que inicialmente visava desaprovar a atitude machista e misógina de um professor, que por conseguinte ganhou repercussão nos jornais e no parlamento municipal, gerando um debate no estado, a união de grupos, a formação de atrizes/atores sociais e a tomada de providências pelas instâncias cabíveis.

Por questões éticas, todos os nomes das pessoas físicas envolvidas serão mantidos em sigilo. Além disso, como a fonte dessa pesquisa é de natureza material com disposição pública na *internet*, não foi necessário a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com a resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

2.2 Materiais

Analisaremos *prints* de comentários em redes sociais, notas de repúdio e notícias de jornais veiculados de forma *online*. A inclusão desse material permite-nos compreender o delineamento do acontecimento e seus desdobramentos, de modo que temos acesso ao comentário que gerou a mobilização estudantil, como essa ação foi articulada e executada, bem como as consequências dela no meio público.

De modo específico, foi tomado como material o print da postagem inicial do professor, que foi o pontapé inicial para a mobilização. Em seguida, os comentários dos alunos e das alunas sobre essa publicação em conversas privadas em um perfil comandado por discentes universitários, a carta de repúdio emitida pelo IEEE-WIE, notícias de jornais locais e a nota oficial emitida pela reitoria da Universidade Federal de Campina Grande.

A utilização desse material foi escolhida por desenhar o acontecimento, a tomada de conhecimento pelos discentes, a mobilização em prol de uma ação, a repercussão dessa e a resposta da instituição. Todas essas fontes foram divulgadas

na *internet* em modo público e em jornais eletrônicos e televisionados locais. Além disso, foi checado nas redes sociais a possível alteração de conteúdo.

2.3 Análise dos dados

Os dados foram analisados de forma qualitativa, a partir da Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1977/2016) e discutidos à luz dos estudos em Psicologia Política. De modo específico, a análise de conteúdo foi guiada pela identificação de categoriais definidas previamente pelas pesquisadoras. Desse modo, durante o processo de leitura e análise dos materiais selecionados, buscou-se identificar: I) o contexto político e social que levou ao comentário misógino, bem como esse mesmo contexto dificultou ou facilitou a emergência da ação coletiva em discussão; II) os aspectos psicossociais e afetivos que foram mobilizados na ação coletiva em análise, enfatizando como se deu a constituição da identidade política dos atores envolvidos; por fim, avaliamos III) as principais formas de participação política adotadas pelos atores da ação.

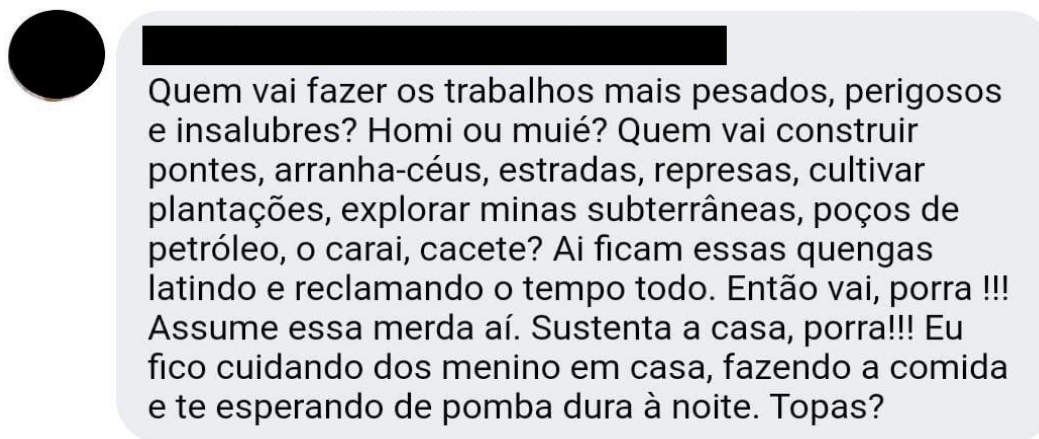
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1O contexto: de um comentário misógino à reação discente

No mês de outubro do ano de 2020, enquanto o Brasil vivenciava o isolamento social proveniente da pandemia de covid-19, os noticiários sobre as questões de saúde mundial no Estado da Paraíba destoaram com a repercussão de um acontecimento que iniciou nas redes sociais e ganhou espaço de debate na Assembleia Legislativa do Estado e entre a população local.

Os jornais televisivos e impressos, estampavam um *print* de tela de uma rede social privada, onde um professor universitário que atuava na C&T na Paraíba emitiu a seguinte publicação:

Figura 1 – Opinião sobre mulheres na C&T veiculada no *Facebook*

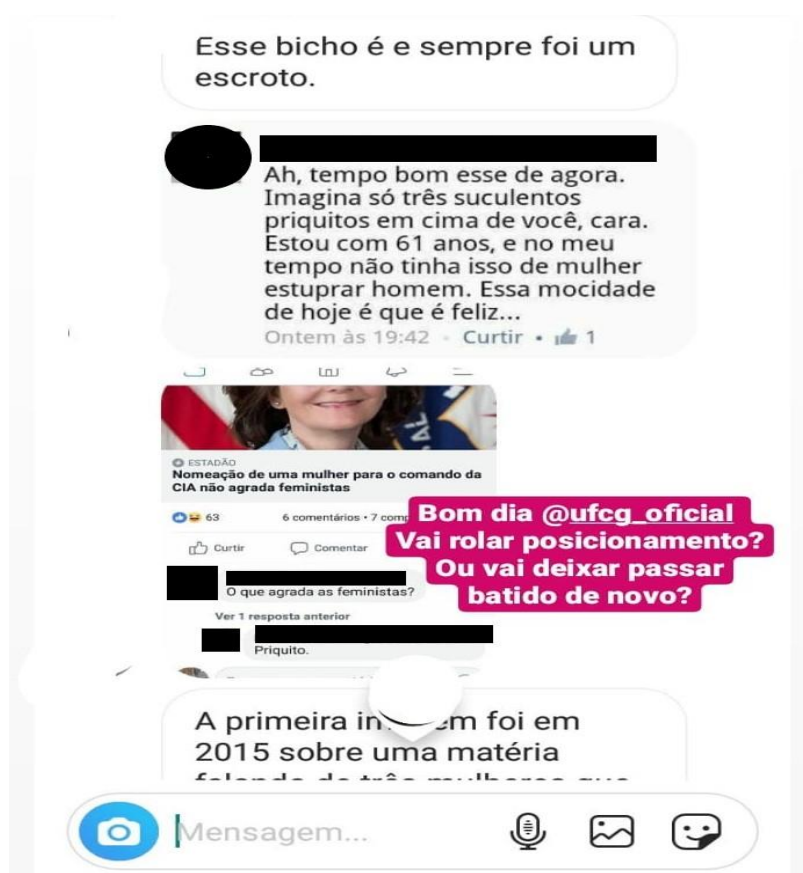


Fonte: Conta pessoal do Facebook do emissor, 2020.

Conforme relatado nos canais de mídia, a opinião ofensiva surgiu após debates acalorados com alunos/as sobre a presença e a capacidade de atuação das mulheres nas engenharias. Percebe-se que a perspectiva do docente reflete a crença de que uma mulher não esteja apta a desempenhar as mesmas funções que um homem no setor, fundamentando-se para defesa de opinião em questões físicas, cognitivas e de inteligência.

Esse panorama não passou despercebido entre os/as discentes, pois as primeiras pessoas a compartilharem a postagem estavam na lista de amigos da rede social do professor. Entre essas pessoas, estavam atuais e ex-alunos/os que se sentiram agredidos/os com as palavras escritas. O compartilhamento ocorria com a marcação do perfil da universidade onde o docente atuava, como forma de chamar a atenção da instituição para “apurar e tomar atitudes cabíveis ao fato”. Ademais, outras pessoas traziam denúncias, desabafos e compartilhavam incidentes anteriores de agressões feitas pelo professor, como uma forma de reforçar a indicação de que a situação era recorrente, como pode ser observado na Figura 2:

Figura 2 – Postagem de conversa entre um discente e uma página estudantil universitária no *Instagram*



Fonte: Conta pessoal do Instagram do perfil @ufcgdadepressão, 2020.

O *print* é uma captura da Linha do Tempo¹² com publicações feitas pelo professor em sua rede social em diferentes datas. Um aluno usa palavras de baixo calão para indicar que o docente já tinha o hábito de expressar tais opiniões na plataforma. O discente exemplifica isso com base em uma postagem de uma matéria publicada pelo jornal *Estadão*. Nessa postagem, é mencionado que a nomeação de uma mulher para um cargo de liderança no Serviço de Inteligência Americano (CIA) havia desagradado grupos feministas¹³. Diante da provocação de um seguidor que pergunta o que poderia “agradar as feministas”, o professor responde que seria “priqui-

¹² Forma como o espaço de publicações da rede *Facebook* é nomeado.

¹³ Cf. <https://tinyurl.com/3rbrs6bb> Acesso em 27 de novembro de 2023.

to". Esse comentário agride participantes do movimento através de uma linguagem de obscenidade.

A matéria em questão foi veiculada no ano de 2018, quando o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, havia indicado Gina Haspel¹⁴ para assumir a diretoria da Agência Central de Inteligência. Essa indicação não foi bem recebida por alguns grupos políticos e por parte da população. Isso porque Gina havia sido denunciada em 2017 por seu envolvimento em casos de tortura e destruição de provas relacionadas a procedimentos violentos adotados pela agência¹⁵.

Nesse sentido, o docente não apenas emitiu uma opinião misógina a respeito das mulheres na C&T, como também contribuiu para a desinformação na internet e incitou o discurso antagônico. Como informado por Butler (2024), esse cenário programado inflama as pessoas, provocando e disseminando o ódio. Por isso, observamos no *print* uma irritação no modo de se expressar e uma cobrança incisiva por parte dos discentes.

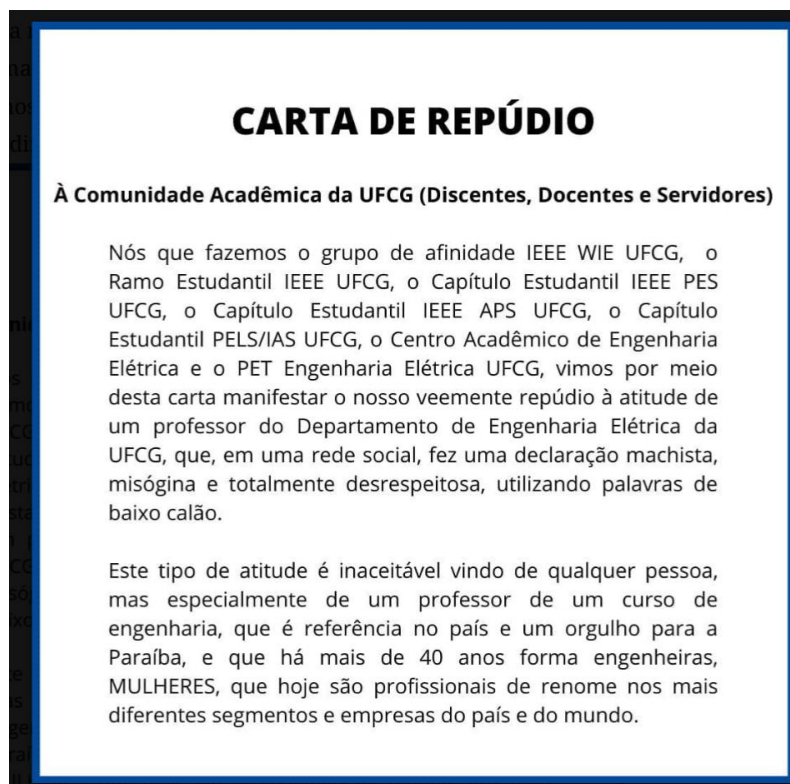
A reverberação nas redes sociais e a indignação discente, levou o IEEE-WIE, a pensar um meio formal de solicitar providências às ações do professor, levando o acontecimento da *internet* até as dependências universitárias, utilizando canais oficiais do programa e da universidade para cobrar atitudes e repudiar a ação do docente.

Naquele dia, as estudantes que fazem parte do programa, se reuniram com a tutora para solicitar a permissão e pensar em um meio legal de ação para demonstrar a insatisfação às atitudes do docente. A partir disso, elas elaboraram uma carta de repúdio (Figura 3) que foi enviada aos demais centros estudantis da universidade via e-mail, onde esses decidiriam se iriam apoiar a publicação do documento em seus canais oficiais.

¹⁴ Gina Cheri Walker Haspel é uma oficial de inteligência americana que serviu como diretora da Agência Central de Inteligência (CIA) de 2018 a 2021. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de forma permanente e foi anteriormente a vice-diretora sob a chefia de Mike Pompeo durante o início da presidência de Donald Trump. Haspel causou polêmica por seu papel como chefe de um site clandestino da CIA na Tailândia em 2002, do qual prisioneiros foram torturados com as chamadas "técnicas aprimoradas de interrogatório", que incluía afogamento. O envolvimento de Haspel em técnicas de tortura foi confirmado em agosto de 2018, quando um processo de Liberdade de Informação pelo Arquivo de Segurança Nacional baseado na Universidade George Washington trouxe à tona casos da CIA autorizados por Haspel enquanto chefe da base no *black site* da Tailândia.

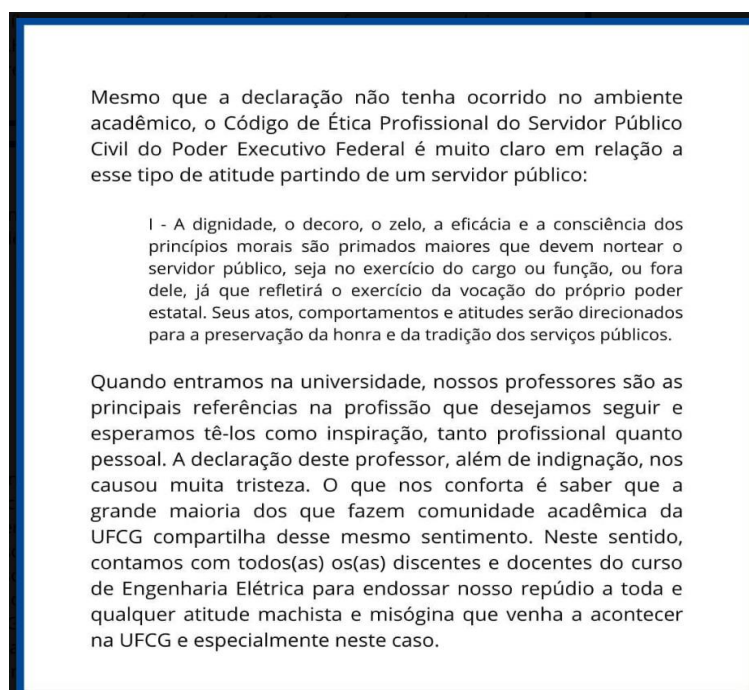
¹⁵ Cf. <https://tinyurl.com/yvc968a8> Acesso em 27 de novembro de 2023.

Figura 3 – Carta de Repúdio feita por integrantes do IEEE-WIE e demais grupos discentes



Fonte: Paraíba Agora Notícias, 2020.

Figura 3 (Continuação) – Carta de Repúdio feita por integrantes do IEEE-WIE e demais grupos discentes



Fonte: Paraíba Agora Notícias, 2020.

Figura 3 (Continuação) – Carta de Repúdio feita por integrantes do IEEE-WIE e demais grupos discentes



Fonte: Paraíba Agora Notícias, 2020.

A nota de repúdio veiculada nos canais oficiais do grupo IEEE-WIE também recebeu a assinatura de líderes estudantis das engenharias, especialmente dos grupos ligados ao curso de Engenharia Elétrica. Esse ato demonstra a organização da força estudantil, bem como a atenção dada às pautas universitárias e de gênero. Além disso, indica a existência de um diálogo entre pares a partir do compartilhamento de informações e do engajamento por parte dos discentes, o que proporciona desde a expansão de debates até o aumento de recursos e programas de financiamento à pesquisa.

Nesse sentido, o engajamento estudantil veiculado nas páginas oficiais nas redes sociais alcançou em seus compartilhamentos à Comissão de Direitos da Mulher e à Comissão Parlamentar de Inquérito ao Feminicídio. Deputadas do estado usaram o canal oficial da Assembleia Legislativa da Paraíba para emitir uma nota publicada no dia 11 de outubro de 2020, transcrita a seguir:

A Assembleia Legislativa da Paraíba, através da Comissão de Direitos da Mulher e da Comissão Parlamentar de Inquérito do Feminicídio – CPI do Feminicídio, **vem a público repudiar o comentário misógino publicizado na rede social pelo professor** do departamento de engenharia elétrica da Universidade Federal de Campina Grande (UFPG), [nome do professor]. A luta pela emancipação da mulher é, hoje, objeto de discussão, estudos e ações em diversos espaços, inclusive nas universidades públicas, visando a mudança social e eliminação de todas as formas de opressão. **Todavia, a manifestação do professor é reveladora ao destacar a ignorância sobre a questão de gênero.** É mister destacar que este apedutismo, associado a uma cultura patriarcal, reproduz a misoginia em todos os setores da soci-

idade, independente do grau de escolaridade, renda ou idade. O comentário repudiado revela, além do obscurantismo histórico e político forjado pelo patriarcado, a objetificação da mulher e a violência preponderante nas mentes dos que ainda não conseguiram se emancipar, nem minimamente, do machismo. Ademais, desconsidera o trabalho como um fazer coletivo, na atividade doméstica e não doméstica, remunerada e não remunerada. Com a luta feminista, a divisão social do trabalho vem passando por transformações significativas. Hoje estamos presentes nas mais diversas áreas, ocupando cargos de chefia, de liderança política, entre outros, seja a labuta intelectual ou braçal. **Nós, como representantes no Legislativo Estadual da batalha pela eliminação de qualquer forma de discriminação contra a mulher, expressamos nossa total indignação e repressão à esta publicação.** As palavras impertinentes, misóginas e vergonhosas proferidas pelo professor são de profunda desconsideração à dignidade das mulheres, ecoando um discurso que permite, sanciona e incentiva a violência doméstica, o feminicídio e todas as formas de abuso, psicológico ou físico, que insistem em diminuir a nossa existência e a nossa moral¹⁶.

A ação parlamentar fez com que o debate e a ação discente saíssem das redes sociais e das dependências dos canais universitários e chegassem até os jornais, sendo uma demonstração de reconhecimento à gravidade da situação e apoio institucional/político a ação estudantil. No dia seguinte, o estado amanheceu com manchetes nos principais veículos jornalísticos noticiando o acontecimento. Ainda que a repercussão fosse positiva para a ação coletiva discente, nas notícias é possível perceber informações discrepantes e desinformação sobre o acontecimento e as questões de gênero que nos dão indícios sobre a resistência e a falta de conhecimento sobre a pauta.

Figura 4– Notícia publicada no portal UOL sobre a repercussão do comentário do professor

Um professor universitário do curso de engenharia elétrica, que atua na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Campina Grande (PB), causou polêmica ao fazer comentário machista nas redes sociais. A colocação do professor causou reações de grupos feministas e de instituições que defendem a igualdade de gênero. A UFCG, em nota, repudiou o posicionamento do professor e disse que vai apurar o caso. Ele, por sua vez, restringiu o perfil nas redes. O professor não foi localizado nem se retratou sobre as palavras até o momento.

Fonte: Portal UOL Notícias, 2020.

A matéria apresenta que o professor “causou polêmica”, indicando que houve repercussão ao comentário nas redes sociais que levaram a opiniões divergentes sobre o caso. Além disso, caracteriza o pronunciamento como “machista”. Em seguida, apresenta que houve “reações de grupos feministas e de instituições que defendem a igualdade de gênero”, desconsiderando a perspectiva das e dos estudantes e dando ênfase a pauta da Assembleia Legislativa. Ademais, coloca todas as mulheres que reagiram na condição de um grupo feminista, seguindo uma prática comum na imprensa que frequentemente pressupõe que qualquer mulher que reaja

¹⁶ Cf.: <https://tinyurl.com/4zej66jv> Acesso em: 14 de julho de 2024.

a comentários machistas seja automaticamente considerada uma feminista. Isso distorce a compreensão do movimento e simplifica a complexidade dos problemas relacionados ao assédio.

Sobre o acontecimento, o portal PB Agora, trouxe:

Figura 5 – Notícia veiculada pelo portal PB Agora sobre a repercussão do comentário do professor

A polêmica em torno de um comentário feito por um professor do departamento de engenharia elétrica da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), gerou represália de entidades representativas dos estudantes e até a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), da através da Comissão de Direitos da Mulher e da Comissão Parlamentar de Inquérito do Femicídio (CPI do Femicídio), que divulgaram notas de repúdio contra comentário, publicado nas redes sociais, considerado machista, misógino e desrespeitosa contra as mulheres.

Leia Também:

Fonte: Portal PB Agora, 2020

A matéria foi mais cuidadosa ao se referir à comunidade de estudantes, bem como à Comissão de Direitos da Mulher e à Comissão Parlamentar de Inquérito ao Femicídio. Ela destacou a existência das notas de repúdio e apresentou as opiniões de todas as partes envolvidas, utilizando o termo “polêmica” para indicar a presença de opiniões diversas sobre o assunto. Essa abordagem indicativa da diversidade de opiniões reflete que uma parte da população do estado demonstrou apoio ao comentário do professor. Isso sugere que os pensamentos expressados por ele sobre o assunto são compartilhados por outros integrantes, o que contribui para a persistência da estrutura do machismo que afeta diversos espaços.

Além disso, o termo “represália” provocou uma interpretação ambígua na comunidade, pois o significado da palavra denota um ato praticado contra alguém como vingança por uma ofensa ou para compensar um dano¹⁷. A forma como os portais colocam as notícias trazem a identidade política e consciência das relações que a sociedade ou a equipe dos veículos apresentam, demonstrando, ainda que veladamente e/ou inconscientemente, a ausência de entendimento às questões de gênero e a resistência a pauta. Ainda assim, repercutir o acontecimento nos mais variados portais de informação jornalística, funcionou como pressão à comunidade acadêmica.

Com tal repercussão, a Universidade Federal de Campina Grande emitiu nota e em entrevista ao Portal G1 Paraíba, o então reitor Vicemário Simões afirmou que, “mesmo no âmbito da vida privada, a liberdade de expressão não pode ferir a dignidade alheia”. Dado o enquadramento legal que se aplica a todos os servidores públicos, ele sugeriu que considerando a legislação a qual estão submetidos qualquer servidor públi-

¹⁷ Cf. <https://tinyurl.com/ym548hyf> Acesso em 27 de novembro de 2023.

co, seria necessária uma comissão de sindicância para investigar o incidente. Além disso, mencionou que a Comissão de Ética da universidade¹⁸ também avaliaria o caso.

A nota emitida pela Universidade Federal de Campina Grande, no dia 16 de outubro de 2020, diz que¹⁹:

A Universidade Federal de Campina Grande é plural em todos os sentidos e, por isso mesmo, convive com as mais variadas posturas políticas, ideológicas, culturais e religiosas, esperando de toda a sua comunidade acadêmica uma harmoniosa convivência democrática em que as diferenças são respeitadas. O respeito às diferenças não dá lugar a nenhuma forma de manifestação racista, sexista ou alguma forma outra de apontamento preconceituoso contra qualquer coletivo. [...] Repudiamos qualquer expressão de preconceito e de ataque aos inegociáveis princípios dos direitos humanos, notadamente àquelas recentes manifestações, registradas em rede social, por docente da instituição, **que se mostrou desrespeitoso na convivência com as diferenças**. A Reitoria [...] não apenas repudia o ato desrespeitoso como também manifesta solidariedade às pessoas e aos coletivos que foram desrespeitados pelas mencionadas manifestações.

A nota enfatiza que o ambiente universitário é diversificado e segue os preceitos dos Direitos Humanos, restringindo consequentemente a aceitação de apontamentos preconceituosos, exemplificados no racismo e sexismo, no espaço da instituição. Implicitamente, o reitor está sinalizando que o comentário do professor foi de fato sexista e está em desacordo com os princípios dos Direitos Humanos, embora a escolha de palavras suavize o ato, descrevendo-o como falta de respeito e incompatibilidade com a convivência às diferenças.

Sabe-se a partir de McLaren (2016) que o comentário proferido pelo docente é uma consequência da construção da violência de gênero, resultado de uma configuração histórica. Porém, acredita-se que o meio em que foi veiculado e a ausência de limites a opinião pública por parte de um docente foi propiciado também pela conjuntura política brasileira.

A este respeito, é válido ressaltar que no ano de 2018, por meio de eleições, o Brasil escolheu um representante presidencial que prezava por ideais de extrema direita. A escolha popular foi um resultado das movimentações reacionárias em todo o país que agrediam a Constituição e os direitos da população subalternizada, já organizadas em anos predecessores. Foi comum, a partir do ano de 2015, presenciar escândalos na mídia decorrentes dos discursos de Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) nos quais ele afirmava “não aceitar que os filhos se relacionassem com mulheres negras”, que licença maternidade “prejudica o patrão”, que o nascimento da filha se deu “por uma fraquejada” e que “jamais estupraria uma deputada porque ela não merecia [esse contato com ele]”, entre outras declarações que causaram polêmicas.

Nesses anos, o aumento do número de casos de violência doméstica e sexual contra mulheres aumentou em 36% para além das médias anteriores no país, e os comentários sexistas e misóginos passaram a ser frequentes em plataformas digitais e espaços públicos. Assim, na mesma proporção que o comportamento de um líder político exacerbou debates de extrema direita, comportamentos reacionários e de violência, ele também alcançou práticas machistas, misóginas e preconceituosas. Para além disso, acendeu de forma capciosa os debates sobre pautas de causas sociais, políticas, étnicas e de gênero no país em um espaço virtual que crescera não

¹⁸ Cf. <https://tinyurl.com/bdhuun26> Acesso em 27 de novembro de 2023.

¹⁹ Cf. <https://tinyurl.com/5n8np58v> Acesso em 27 de novembro de 2023.

só pelo avanço digital, mas sobretudo, por ser o único veículo de comunicação seguro para as questões de saúde durante o isolamento social requisitado na pandemia de covid-19.

Sobre as mudanças sociais no período pandêmico, é válido ressaltar um aumento nas discussões sobre as questões de gênero, uma vez que nesse período houve um crescimento significativo no número de casos de violência contra a mulher, em função do isolamento social. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na pandemia, 50 mil mulheres sofreram algum tipo de violência, sendo esse número correspondente a 33% da população em geral. Além disso, é importante mencionar que a prevalência das agressões se deu para mulheres negras entre 25 e 34 anos²⁰. Para tentar minimizar tais violências, o Senado Federal lançou um aplicativo de celular para denúncias, intensificou propagandas informativas, emitiu cobrança de aceleração em processos judiciais que poderiam ser realizados remotamente e permitiu que as denúncias fossem concretizadas no modelo de ligação telefônica e *online*²¹.

De maneira geral, ao analisar o ocorrido, nota-se que nem o comentário do docente, nem a reação comunitária ao mesmo, podem ser desvinculados do cenário social e político no qual ocorreram. Infere-se que esses acontecimentos estão diretamente relacionados ao que Tarrow (2009) denominou de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOPs). Para o referido autor, compreender um movimento social e/ou ação coletiva, é necessário levar em conta um conjunto de fatores externos aos mesmos, mas que influem diretamente em sua organização seja no sentido de mobilização, seja na desmobilização.

Desse modo, embora o professor já apresentasse comportamentos discriminatórios em suas redes sociais, por meio das EOPs, compreende-se que o fato da maior autoridade política do país – o Presidente da República – também cometer violência de gênero reiteradas vezes, pode ter levado o docente a sentir-se mais confortável em expor seu posicionamento violento nas redes sociais. Em contrapartida, os ataques frequentes a figura feminina realizados por Jair Bolsonaro somados ao aumento dos casos de violência contra a mulher no período pandêmico, podem igualmente ter servido de combustível para a reação do corpo discente frente ao comentário do professor.

Nesse contexto, percebe-se que um dos fatores que proporcionou a visibilidade e efetividade da ação coletiva em análise foi o que Gomes (2019) indicou como a presença de aliados influentes. Conforme o autor, possuir aliados influentes é essencial no contexto da existência das oportunidades políticas e interfere diretamente na ação coletiva. Neste caso, podem ser identificados como aliados influentes o Centro Acadêmico de Engenharia Elétrica, o Programa de Educação Tutorial de Engenharia Elétrica, os capítulos estudantis do Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos, bem como as Pró-reitorias de Extensão e Graduação da universidade.

Entretanto, os diversos fatores externos também podem interferir na ação coletiva em um sentido negativo, ou seja, quando servem como meio de desmotivar os/as atores/atrizes que compõem a ação quanto a um cenário de influentes e aliados. Durante o curso da ação coletiva em análise, é possível perceber a existência de fatores que poderiam causar a desmobilização e o enfraquecimento do movimento. Pode-se mencionar, por exemplo, a nota do jornal que intitula a reação estudantil como uma represália ou desmerece a mobilização da ação coletiva organizada pe-

²⁰ Ver mais em: <https://tinyurl.com/yeys2unc> Acesso em 14 de agosto de 2024.

²¹ Ver mais em: <https://tinyurl.com/2s4kbhzn> Acesso em 14 de agosto de 2024.

las/os discentes não a mencionando ou distorcendo informações de como ela foi organizada.

De forma geral, o que se pode observar é que, como discute Gomes (2019), quando as EOPs são favoráveis, a oportunidade de um pode se tornar oportunidades para outras/os, na medida em que são utilizadas ações com as quais outras pessoas se identificam, e podem se utilizar delas em outros contextos. Assim, nota-se que em um contexto político e social específico, o comentário emitido por um docente possibilitou a organização de uma mobilização coletiva para enfrentar o comportamento específico, bem como evidenciou uma estrutura de violência de gênero que atinge as mulheres no ambiente acadêmico e na área da C&T.

Em face do exposto, nota-se que as EOPs são de extrema importância para uma análise das ações coletivas. Entretanto, é preciso levar em consideração que somente os fatores externos não são capazes de explicar as razões que levam as pessoas a se mobilizarem coletivamente. Nesse sentido, faz-se importante entender também os elementos subjetivos que podem ter levado o corpo discente a se mobilizar coletivamente contra o comentário do professor.

Entender quais são os elementos subjetivos que permitem a organização de várias pessoas em prol de um único objetivo é fundamental na compreensão geral do processo de formação das ações coletivas. Desse modo, a partir de agora serão explanadas as bases psicossociais e afetivas que podem estar associadas à reação do corpo discente.

3.2 Aspectos Psicossociais e Afetivos da Ação Coletiva

Durante um longo período na análise dos movimentos sociais e das ações coletivas os elementos psicossociais e afetivos, foram negligenciados em detrimento dos elementos mais estruturais (Alonso, 2009; Vilas *et al.*, 2016). Contudo, com o desenvolvimento das diferentes Teorias dos Movimentos Sociais, nota-se que esses elementos passaram a receber cada vez mais atenção no âmbito da Psicologia Política, uma vez que o processo de mobilização não pode ser explicado levando em conta apenas seus aspectos objetivos²².

Nesse sentido, nota-se que a ação coletiva em análise, além de favorecida pelo contexto sociopolítico da época, também pode ter sido potencializada por elementos psicossociais e afetivos. Dentre esses elementos, menciona-se inicialmente a constituição do que é denominado por Prado (2002) de identidade política. Para o autor, a identidade política trata-se de posições temporárias que expressam a revisão das relações de desigualdades, não sendo, assim, uma identificação permanente. Isso significa que são identidades que surgem durante o processo de mobilização social, quando os indivíduos se organizam em prol de um objetivo comum, mas não necessariamente permanece após atingir o objetivo.

Durante o processo de mobilização, é possível observar a constituição da identidade política, primeiramente entre as discentes, e até mesmo entre os discentes do sexo masculino, que embora não tivessem sido diretamente atingidos pelo comentário do professor, provavelmente identificarão-se com a situação de opressão vivenciada pelas colegas, uma ação que pode ser observada na Figura 2 quando um discente cobra posicionamento da universidade através do uso do perfil de uma rede social de estudantes.

²² Para mais detalhes sobre as Teorias ver Alonso, 2009; Corrêa; Almeida, 2012.

Observa-se que essa identidade política foi fortalecida pelo apoio recebido do programa IEEE-WIE, que recepciona pessoas que tenham a identificação com o ideal informativo sobre as questões de gênero e gênero na C&T, promovendo estudos coletivos, apoio a estudantes mulheres e ações para o público em geral. Além disso, também se menciona o apoio recebido pela própria universidade por meio da nota de repúdio ao comentário do professor, uma ação que contribuiu para fortalecer a discussão sobre o enfrentamento às práticas machistas e misóginas dentro da instituição, especificamente na área da C&T.

No processo de constituição da identidade política, é importante notar como houve o que Laclau e Mouffe (1985) definiram como a tomada de consciência sobre as relações de opressão. De acordo com esses autores, para que os sujeitos possam se mobilizar é necessário que as relações de subordinação se transformem em lugares privilegiados de antagonismos, permitindo que haja o reconhecimento e a comparação de discussões do exterior com correntes de pensamentos de desconstrução que são produzidas em lutas sociais. Em outras palavras, a atitude do docente, que outrora poderia ter passado sem nenhuma resistência, uma vez que hierarquicamente ele ocupava um lugar de superioridade em relação aos estudantes, foi percebida pelas/os discentes como resultado de uma construção histórica e não natural que coloca continuamente as mulheres em lugares de inferioridade em relação aos homens. Assim, ao reconhecer o caráter histórico das relações de opressão, os atores e atrizes sociais conseguem se mobilizar para transformar tais relações (Prado, 2002).

Desse modo, é perceptível que a mobilização acionou a identidade coletiva dos discentes a partir dos sentimentos de pertença, bem como definiu uma cultura política, partilhou valores, crenças e interesses que regularam a ação (Tajfel, 1982). Essa partilha delimitou a formação de um Nós, composto pelas/os discentes, pelas representantes do WIE, e outras figuras públicas que se opuseram à atitude do professor. De acordo com Prado (2002; 2005), o “Nós” busca se diferenciar de um elemento exterior, “Eles”, que neste caso foi personificado na figura do professor, mas que nesse conflito representa toda uma estrutura e lógica machista que inferioriza as mulheres no contexto acadêmico. Assim, a demarcação da fronteira Nós X Eles, efetivou a antagonização da relação, reconheceu o caráter histórico da opressão, excluiu o debate temporário, incidiu a tentativa de tomada de providências e promoveu articulações.

Além dos processos psicossociais anteriormente discutidos, também foi possível observar que a ação das discentes foi mobilizada por um sentimento de injustiça e ira, como visto na Figura 2, quando um discente usa o termo “escroto” para adjetivar o docente e cobra providências com tom de impaciência. Esses sentimentos são emoções que levam o sujeito a dirigir-se contra os responsáveis por uma determinada situação, o que consequentemente pode levar a superação de dificuldades geradas, sendo, portanto, sentimentos que incidem de maneira positiva na intenção particular, uma vez que levam a uma reação em busca de mudança ou a procura de uma resposta (Vilas *et al.*, 2016).

Além da injustiça e da ira, pode-se mencionar também a presença da indignação moral, que pode ter ocasionado o compartilhamento em massa da nota de repúdio produzida pelas discentes. A indignação moral é uma emoção que, na atual conjuntura político-social polarizada, pode ser aproveitada, se utilizada com empatia, para criar consequências a partir da catalização coletiva de uma ação, criando conhecimento em comum e organizando comportamentos coletivos em torno de importantes problemas (Brady; Crockett, 2019).

Ademais, Brady e Crockett (2019) colocam que a ação eficaz requer proporcionalmente uma motivação para agir junto à capacidade de agir estrategicamente. Nesse sentido, a estratégia pensada foi além do orquestrado pelas discentes, uma vez que a repercussão chegou até a Assembleia Legislativa, que ao indignar-se e identificar-se com a ação coletiva das discentes, ofertou apoio ao repúdio em seus canais, o que impulsionou ainda mais a repercussão até os jornais locais, resultando em uma pressão social que levou a uma resposta da universidade.

Nesse sentido, outro aspecto que parece ter propiciado a ação coletiva foi a crença na eficácia da ação, uma vez que não basta reconhecer uma situação como injusta, mas é preciso acreditar que é possível mudá-la (Vilas *et al.*, 2016). Nesse sentido, nota-se que a crença na eficácia da ação gerou um impulso a promoção da movimentação e da ação coletiva, incidindo novos significados. A crença na eficácia da ação, promoveu a confiança na mudança, gerando esperança e otimismo em transformar uma realidade, influenciando mais participação e fortalecendo o componente emocional do grupo (Vilas *et al.*, 2016), o que gerou para além de um resultado positivo, o alcance a manutenção dos objetivos do grupo na academia após o desfecho das investigações administrativas da universidade.

Em face do exposto até o momento, foi possível identificar como o contexto sociopolítico e os aspectos psicossociais e afetivos propiciaram o surgimento e o desenvolvimento de uma ação coletiva, sendo esta uma forma legítima de participação política. Contudo, é notório que, no interior da ação, outras formas de participação política foram adotadas, sendo relevante para os fins deste trabalho entendê-las para analisar os modos de participações e suas consequências, bem como os limites enfrentados nesse processo.

3.3 Principais Formas de Participação Política

De acordo com Mesquita e Cantoni (2015), a participação política é uma dimensão crucial para os sistemas democráticos, podendo ser feita pelo voto e/ou de diversas outras formas que cobrem alguma conduta de algum agente em posição de decisão hierárquica. De acordo com os autores, essa ação envolve intensa participação cidadã e ocorre segundo orientações que a população manifesta em relação a si mesma, como atrizes/atores política(o)s, e a partir do conhecimento que dominam sobre o que reivindicam.

Sabucedo (1996) apresenta que a participação política é crucial para a democracia, mas que ao analisar a relevância dela, encontramos algumas discrepâncias nas operações e definições sobre esse fator. Assim, o autor coloca que as participações políticas são determinadas por variadas condutas que limitam algumas atividades. Buscando ampliar a compreensão das diferentes formas de participação, Sabucedo (1996) classifica em formas de participação convencionais e não convencionais. Analisa-se que nessa divisão, há uma sujeição a condicionantes sociais onde um modo de participação política que possa ser considerada convencional em um determinado momento, possa não ser aceito algum tempo depois.

Sabucedo (1996) institui que as formas convencionais seriam as legalizadas e as não convencionais tratava-se das variações agressivas e ilegais. Porém, tal definição é problemática, pois a lista dessas atividades é heterogênea e se coloca em agrupamentos diferenciados, não sendo, portanto, unidimensionais. Assim, foram pensadas escalas de análises para as ações, sendo elas: eficaz-ineficaz; democrática e não democrática; justificada e injustificada; desejável e indesejável; progressiva

e conservadora; pacífica e violenta; convencional e não convencional; legal e ilegal; comprometida e não comprometida; pró-sistema e antissistema.

Com base nessa classificação, podemos dizer que a ação coletiva organizada pelas estudantes do IEEE-WIE foi eficaz ao alcançar um propósito, democrática ao unir grupos diferentes para um apoio que se deu de forma dialogada, justificada devido ao posicionamento de agressão do professor, progressiva por ter conhecimentos políticos mais abertos e sábios das estruturas sociais e de poder, pacífico por ser operacionalizado no diálogo, legal ao lidar com canais oficiais e dentro da lei, comprometida com os ideais do programa estudantil, antissistema ao combater uma ordem hierárquica prevista no patriarcado e na política universitária e não-convencional devido aos canais que foram utilizados para divulgação.

De modo específico, destaca-se que a participação via mídias sociais foi crucial para a eficácia da ação coletiva. Mesquita e Cantoni (2015) explicam que a *internet* se tornou um canal ativo e de forte força nas mais variadas formas de comunicação e participação política e cidadã. O instrumento já foi utilizado para divulgação de campanhas filantrópicas e políticas, assinaturas digitais em propostas legislativas, na propagação de informações e propagandas, bem como para mobilização social, como ocorreu nas últimas campanhas eleitorais nos Estados Unidos e no Brasil.

Por outra ótica, analisa-se que o espaço virtual ainda tem suas arestas no quesito de estabelecimento de leis, uma vez que os limites do mundo virtual ainda estão sendo pensados no meio jurídico pelos representantes do Supremo Tribunal Federal, o que gera o sentimento de permissividade social devido ao fato da população acreditar que uma rede de titulação privada em que opiniões pessoais podem ser emitidas, não são passíveis de regras, linguagem adequada ou limitações. Nesse sentido, Luiz Grijó (2016, p. 72) comenta que na atualidade “a *internet* como espaço de ‘opinião pública’ vem se impondo, ela passa a ocupar mais ou menos o lugar que a ‘voz das ruas’ ocupou outrora”, o que tem facilitado a proliferação de agressões e pensamentos discriminatórios e/ou de resistência política/social.

Ainda que a utilização dessa ferramenta não tenha impacto homogêneo, uma vez que em diversos países ainda exista limitação no uso da internet, enquanto em outros a plataforma atinja mais o público de nível superior e/ou estudantil, a *internet* proveu e provê “formas originais de participação, criando novos canais entre os cidadãos e constituindo oportunidades mais amplas de influir na vida pública” (Mesquita e Cantoni, 2015, p. 2).

Ademais, “o potencial das tecnologias e da internet permitiu que o cidadão comum pudesse expressar opiniões que chegassem a um público maior ao mesmo tempo em que se fornecem instrumentos de mobilização” (Mesquita; Cantoni, 2015, p. 2). Por isso, na atualidade, esses meios constituem oportunidades mais abrangentes de interferir e influir na vida pública, pois estão vinculadas a plataformas não-hierárquicas de maior alcance populacional e com uma linguagem mais acessível.

Sabe-se que há a crescente “importância estratégica das redes sociais de *internet* na mobilização, organização e divulgação de informações alternativas, sem a participação de organizações políticas tradicionais” (Penteado; Júnior, 2019, p. 2). Tal fator foi um propulsor para impulsionar redes de indignação e esperança (Castells, 2017) que foram adquirindo maior centralidade e abrangência que vão de questões políticas a causas sociais (Anduiza *et al.*, 2014).

Penteado e Júnior (2019) refletem que todos esses fatores fizeram com que as mídias sociais se tornassem importantes ferramentas no atual estágio de digitalização da sociedade. Sabe-se que esse fator aumentou com a pandemia de covid-19, pois a maior porcentagem da comunicação se deu por mídias, uma realidade

que chegou a outros espaços, como a sala de aula, modificando as culturas de comunicação.

Dessa forma, é necessário pensar nas práticas políticas que acontecem na e pela *internet*. Nesse trabalho, tomamos conhecimento de uma ação social que começou com uma ofensa proferida nas redes sociais e que tomou forma no mesmo canal. Ainda que as formas de pensar tenham sido feitas em reuniões e a partir de notas oficiais, a divulgação em massa, o apoio massivo dos discentes e da comunidade popular foi alcançada em outras esferas comunicativas e informativas.

O sentimento de injustiça e indignação que surgiu nas redes sociais, gerou uma ação coletiva por identificação discente que reverberou em espaços diversos e públicos até retornar à universidade como uma pressão social em busca de respostas e providências administrativas. A ação levou o departamento que abrigava o professor a repensar o exercício profissional e as formações docentes, bem como a universidade a ampliar o debate sobre a presença de mulheres na C&T e sobre gênero nas pautas anuais da instituição em atividades administrativas, docentes e discentes.

Nesse sentido, entende-se que o crescimento da ação foi possível, pois o uso das mídias sociais gera autonomia ao emissor ao mesmo tempo em que regula comportamentos a partir das interações existentes nas redes (Penteado; Júnior, 2019). Tal dinâmica é possível devido a esses canais serem de esfera pública e abrigarem as práticas de ciberativismo, uma vez que as plataformas de redes sociais podem ser mecanismos de divulgação de causas e campanhas de diferentes grupos, indo além dos horizontes da mídia tradicional (Carreiro, 2014).

Assim, “o uso massivo das redes sociais de internet na ação política criou uma nova dinâmica e alterou práticas políticas”, um meio possibilitado pela capacidade de cada usuário se tornar ativista através de compartilhamentos com seus usuários, alcançando outras pessoas e criando redes que serão envolvidas em debates, contextos e acontecimentos sociais e políticos (Penteado; Júnior, 2019, p. 117), possibilitando uma participação mais ativa dentro da discussão política e alcançando novos horizontes, como vimos com a ação das discentes do IEE-WIE.

4 CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar como se deu a ação coletiva de mulheres estudantes da C&T a respeito de um comentário que evidencia uma estrutura patriarcal e machista na área, buscando identificar os elementos contextuais que favoreceram a emergência da ação coletiva, os processos psicossociais e afetivos implicados na constituição da identidade política, bem como as diferentes formas de participação política empreendidas pelas/os atrizes/atores sociais para alcançar seus objetivos.

De maneira geral, observou-se que a ação coletiva de resultado eficaz, foi impulsionada pelo contexto sociopolítico da época, marcado por uma onda conservadora, que fortaleceu as discussões sobre as questões de poder e gênero, que possibilitaram as discentes reconhecer a gravidade da fala do docente e utilizar dos canais oficiais que obtinham para realizar uma mobilização democrática. Além dos fatores externos, notou-se que aspectos como a constituição da identidade política, os sentimentos de injustiça, ira e indignação também propiciaram adesão e força ao movimento, somando-se a crença na eficácia das ações realizadas.

Ademais, foi perceptível que toda a mobilização foi possível graças as formas não-convencionais de participação política, uma vez que as alunas se utilizaram do

poder das redes sociais e da *internet* como instrumento de divulgação rápida e eficaz para viralizar o protesto a partir da onda de indignação pública com a fala do professor. Essa ação repercutiu em autoridades estatais que usaram da força de seus veículos para impulsionar o debate em pautas oficiais, bem como nos jornais do estado, o que gerou uma pressão social para que a Universidade Federal de Campina Grande tomasse as providências e pronunciasse uma resposta oficial para a população.

Diante do exposto, considera-se que o presente trabalho contribui para os estudos e debates sobre a Psicologia Política e Gênero, uma vez que analisa como ações coletivas podem ser pensadas e praticadas, levando a mudanças sociais, bem como apresenta como o advento da tecnologia, do uso da *internet* e de redes sociais tem modificado as práticas dessas ações, apresentando um novo cenário de participação política que tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Além disso, colabora com as discussões de gênero na C&T ao apresentar como essa área ainda sofre com violências e sexismo, ao questionar as raízes dessa estrutura e ao apresentar como ações coletivas e políticas podem ajudar a modificar tal realidade, ampliando horizontes.

As limitações dessa pesquisa, por sua vez, se deram a partir dos conflitos de interesses expostos nas fontes. Para analisar esses dados, foi necessário separar os interesses pessoais e coletivos de cada publicação, nota de repúdio, notícia e comentários nas redes sociais, bem como checar a veracidade de cada veículo, pois esses canais no estado ainda sofrem com a lisura de interesses políticos e pessoais. Espera-se que estudos futuros venham a contribuir com a reflexão das ações coletivas que não são diretamente veiculadas a política, dando ênfase aos vários grupos que se formam em prol de combater as limitações sociais que permeiam a C&T e demais áreas, bem como analisar como as redes sociais têm influenciado positivamente e negativamente nas novas participações políticas pós eleições do ano de 2019 e da pandemia de covid-19.

Os estudos sobre gênero na C&T estão em crescimento no Brasil. Trata-se de uma área que precisa de visibilidade para desconstruir estigmas, cessar as violências de gênero, morais e sexuais, como também ampliar oportunidades para aquela/es que estão sendo lesada/dos nesse espaço. A Psicologia Política vem a somar nessa empreitada com os estudos sobre a necessidade do entendimento psicopolítico das ações coletivas que já são organizadas nesses espaços e podem se ampliar de forma contundente e eficazes.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**. São Paulo, v. 76, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67313619003.pdf> Acesso em 27 de setembro de 2024.

ANDUIZA, Eva; CRISTANCHO, Camilo & SABUCEDO, José. Mobilization through online social networks: the political protest of the indignados in Spain. **Information, Communication & Society**, v.17, n° 6, p. 750-764, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2013.808360> Acesso em 17 de julho de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977/2016.

BRADY, William; CROCKETT, Molly. How effective is online outrage? **Trends in Cognitive Sciences**, v. 20, n. 2, 2019. Disponível em: <https://par.nsf.gov/servlets/purl/10095997> Acesso em 20 de julho de 2024.

BREAKWELL, Glynis; HAMMOND, Sean; FIVE-SCHAW, Chris & SMITH, Jonathan. **Métodos de pesquisa em Psicologia**. São Paulo, Artmed, 2010.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero**. São Paulo: Boitempo, 2024.

CARREIRO, Rodrigo. Black bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook. **Liinc em revista**, v. 10, nº1, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314201434_Black_Bloc_em_acao_reforco_de_identidade_e_outras_dinamicas_de_ativismo_no_Facebook_Black_Bloc_in_action_identity_reinforcement_and_other_activist_dynamics_on_Facebook Acesso em 17 de julho de 2024.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CIAMPA, Antônio da Costa. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. *In*: DUNKER, Christian; PASSOS, Maria Consuelo. **Uma psicologia que se interroga - ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Felipe; ALMEIDA, Marco Antônio. Teoria dos Movimentos Sociais e Psicologia Política. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 25, set./dez 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300011 Acesso em 04 de abril de 2024.

GOMES, Pedro Alves. Teoria do processo político: dimensões analíticas. **Sinais**, Espírito Santo, v.1, nº 23, dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/issue/archive> Acesso em 27 de setembro de 2024.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A Democracia Sequestrada: Mídia e poder no Brasil Atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, nº 46, julho de 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319691912_A_democracia_sequestrada_midia_e_poder_no_Brasil_atual Acesso em 15 de julho de 2024.

GUEDES, Raquel da Silva. **As mulheres na Ciência e Tecnologia**: uma história a ser escrita. Campina Grande: Editora Ampila, 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. *In*. Hollanda, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony e socialista strategy**: towards a radical democratic politics. Londres: Verso, 1985.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cutrix, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In. Hollanda, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

MCLAREN, Margaret. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MESQUITA, Nuno Coimbra; CANTONI, Stefania Lapolla. Participação Política *online* vc. *Offline* no Brasil. **Anais do V Seminário Discente de pós-graduação em Ciência Política da USP**, 2015. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/341-781-1-PB.pdf> Acesso em 17 de julho de 2024.

MONTERO, Maritza. Para qué Psicología Política? **Revista de Psicología Política**, São Paulo, v. 9, n.18, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200002 Acesso em 06 de abril de 2024.

MOUFFE, Chantal. Hegemony and New Political Subjects: toward a New Concept of Democracy. In Nelson, C.; Grossberg, L. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press. 1988.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, São Paulo, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247/4295> Acesso em 04 de abril de 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista** Belo Horizonte, v. 8, n. 11, jun, 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/137/131>. Acesso em 21 de maio de 2024.

_____. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. **Revista de Ciências Humanas**, v.1, nº 37, abr, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25438> Acesso em: 20 de julho de 2024.

_____. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-172. 2011. Disponível em: <https://psicologiapolitica.org.br/wp-content/uploads/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; Campici, Carmella de Paula Ferreira; Pimenta, Sara Deolinda. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 298-317. 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/215/225> Acesso em: 31 de maio de 2024.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; JÚNIOR, Brauner Geraldo Cruz. Ação Política na internet na era das redes sociais. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, v. 26, p. 109-122, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51518> Acesso em 17 de julho de 2024.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversa de mulher**. São Paulo. Ed. Planeta.2013.

_____. **Histórias da gente brasileira**: vol. 1:colônia. São Paulo. Ed. LeYa. 2018.

ROLDÁN, Macarena. Emocionalidade Política na Ação Coletiva Juvenil. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. 1-17. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33241932>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

SABUCEDO, José. Manuel. Participación política. In: SABUCEDO, José. Manuel. (Ed.), **Psicología Política**. Espanha: Editorial Síntesis, S. A, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acessado em 04 de dezembro de 2023.

TAJFEL, Henri. **Grupos Humanos e Categorias Sociais II**. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

VILAS, Xiana; GOMÉZ-ROMÁN, Cristiana; SABUCEDO, José Manuel. Cidadania e Ação Política: as marchas pelas dignidades. In: HUR, Domenico Uhng; LACERDA-

JÚNIOR, Fernando (Orgs.), **Psicologia Política Crítica**: insurgências na América Latina. Alínea. 2016.

AGRADECIMENTOS

Conceição Evaristo descreve na obra intitulada *Becos da Memória* que envelhecemos quando perdemos a esperança e a vontade de começar de novo. Por muitos anos eu nutri o desejo de iniciar uma nova graduação, mas hesitava em dar o primeiro passo por achar que o tempo já tinha passado. Logo eu, que também sou historiadora, me agarrei ao tempo cronológico, esquecendo o que o filósofo Ricoeur ensinara sobre ele: o tempo está atrelado a narrativa. Assim, se podemos contar e recontar as histórias por outros ângulos e descobertas, estamos abrindo uma brecha no tempo, em um ato onde o presente modifica as outras esferas. Percebi por Kosseleck, que o tempo é medido em experiências e por isso, talvez o meu pudesse ser mais rico. Decidi tentar.

Começar do zero não foi fácil. Eu perdi as contas do número de vezes que me perdi de mim, que não reconheci minhas atitudes, que retornei aos meus valores para recomeçar, que confundi minhas formações, que não soube o que estava fazendo, que falei pela voz do cansaço e que quis desistir. Em todos esses momentos eu precisei voltar dois degraus na escada da evolução para refletir, o que me faz pensar o mesmo que Lya Luft: viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos.

Confesso: não teria conseguido sozinha. Por isso, agradeço primeiramente à Luan, o amigo que me convenceu a fazer o ENEM e a cursar Psicologia. Ele fez a ideia parecer acessível, relembrou as regras do certame e do SISU, colheu meus resultados e me enviou o plano pedagógico do curso. Mais do que isso, ele deu o primeiro passo por mim quando tive medo de o fazer.

Agradeço aos conhecidos que se dispuseram a me ajudar na fase do ensino a distância. Nesse momento, eu trabalhava e por muitos momentos, precisei de alguém para gravar algumas aulas, tive voluntária/os que se dispuseram sem nenhuma dificuldade.

Sou grata a escola a qual trabalhei por entenderem que tive que me dividir em muitas e pelo apoio moral que me deram, viabilizando minhas tentativas e torcendo pelo meu crescimento. Por aquela equipe, não houve um empecilho às minhas ausências.

Reconheço os esforços dos meus pais em investir na minha educação desde a minha formação de base. Em cada fase dos meus estudos, eles prestaram uma

ajuda facilitadora. Nessa, a comida pronta e o empréstimo do carro me otimizaram tempo. Esse gesto de cuidado não foi individual, pois chegou aqueles que comigo estudaram nessa jornada e precisaram desse apoio. Ele e ela têm um sentimento rico de doar o melhor que podem e tudo aquilo o que dispõem.

Agradeço ao meu irmão e a minha cunhada por abrirem a porta do apartamento para que eu gozasse de descanso, silêncio para organizar as ideias e colocar os trabalhos em dia. Saber que posso ter uma outra casa e que nela se fala a minha linguagem é confortador.

Tenho imenso apreço pelos amigos e amigas que me enxergaram nesse percurso e da forma que sabiam, tentaram ajudar. Dentre esses, em especial, agradeço a Sabrina por tantas conversas edificantes, por saber me mostrar o lado bom da vida, por me ofertar sorrisos, por me lembrar da minha capacidade, por me pedir calma e pelos tantos fins de semana de companhia. Agradeço a Fabiano, Klerysson e Eli por me ofertarem lazer quando estou cansada e por entenderem esse meu estado sem críticas, tentando sempre me incluir. Gratidão a Caroline por se preocupar com a minha saúde e por me fazer membro da sua família em um movimento de carinho e cuidado que só ela sabe ter. Apreço a Lara que por anos esteve presente e em muitos momentos nesse percurso partilhou da rotina de cansaço escutando, estimulando e dividindo. Reconhecimento a Fábio por toda a partilha de conhecimento desde os meus dezoito anos, sobretudo por ter sempre as palavras certas para me oferecer nos momentos que não sei lidar. A suavidade com que ele me perpassa e a segurança que me oferece, acalutam os meus momentos difíceis.

Agradeço a Kenha, minha psicoterapeuta, por me apresentar uma Psicologia que é possível, ética e edificadora. Fazer a graduação nessa ciência requer a contribuição de um acompanhamento terapêutico eficaz e foi através do manejo dela que eu rompi os limites do cansaço, abortei a constante ideia de desistir, separei o que era meu e do outro, suportei o sentimento de não pertencimento e a dúvida constante se teria capacidade de ser psicóloga.

Agradeço aqueles e aquelas colegas de curso com quem dividi trabalhos e os grupos virtuais. Meu desempenho não teria sido o mesmo sem o esforço de vocês. Ainda que em todo o processo tenhamos surtado inúmeras vezes, reconheço que assim como era difícil para mim lidar com outras formas de ver o mundo, era igualmente desafiador para vocês tentarem se encaixar nas minhas formas de pensar a vida.

Sou grata ao esforço dos e das docentes dessa instituição, em especial aquelas e aquelas com quem tive maior partilha. Em um mundo onde a educação é desvalorizada, é um ato de coragem se lançar à sala de aula e suportar todas as adversidades que há nela. O empenho de vocês é admirável.

Reconheço os serviços prestados pela equipe administrativa e da limpeza. Nesses anos, eu não esperei mais que três horas por uma resposta elucidativa aos meus e-mails, encontrei todas as salas limpas e em perfeito estado, bem como sempre fui recebida na copa com um sorriso. Vocês são inspiração de profissionalismo.

Agradeço a minha orientadora Viviane por ter aceitado partilhar essa experiência comigo sem titubear. Eu fiz a proposta de orientação na fase mais atribulada que ela vivenciava e ainda assim, ela se fez presente. Ademais, sou grata pelo seu bom ânimo nos corredores, em sala e na execução da profissional que escolheu ser. Sem dúvidas, a Psicologia e a UEPB são mais ricas com você.

Não foi uma trilha fácil. Os caminhos até aqui foram desafiadores em diversas formas. Como bem analisou bell hooks, “a academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado, a sala de aula com todas as suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades”. Já a Psicologia vai além disso. Sobre essa ciência, reflito entre um conhecimento acadêmico e outro o que Saramago nos apresenta: “todo homem é uma ilha e é necessário sair da ilha para vê-la! (...) Queremos encontrar a ilha desconhecida para saber quem somos quando nela estivermos. Não o sabemos! Se não saís de ti, não chegas a saber quem és”.

Com apreço e reconhecimento, Obrigada!